

Narrar a dor: O livro *K* e outras narrativas

Cynthia Sarti*

Resumo

Este texto trata da memória da ditadura militar brasileira (1964-1985), analisando as formas de expressão do sofrimento advindo da violência durante esse período, em particular da tortura e desaparecimento de familiares. Interroga os percursos de indivíduos que a vivenciaram na busca de compreensão e de inscrição dessa experiência em sua existência, supondo que ela permanece inelutavelmente, mas não da maneira como aconteceu no momento de sua ocorrência. Há um movimento que consiste no trabalho de incorporação das experiências envolvido na reconstrução da vida, marcado por um processo que envolve negociações subjetivas entre o indivíduo e as possibilidades do mundo social. A literatura é, então, pensada como um caminho acessível à investigação pretendida. Nessa perspectiva, detém-se na análise do livro *K*, escrito por Bernardo Kucinski, ressaltando a singularidade da narrativa que exprime as reminiscências da dor da experiência do holocausto silenciada pelo exílio na tragédia do pai judeu polonês em busca da filha desaparecida durante a ditadura.

Palavras-chave

Memória. Sofrimento. Literatura.

Abstract

This paper deals with the memory of the Brazilian military dictatorship (1964-1985), analyzing the forms of expression of suffering arising from violence during this period, in particular the torture and disappearance of family members. It interrogates the paths of individuals who have lived this violence in search of understanding and inscribing this experience in their lives, assuming it remains ineluctably, but not the way it happened at the time of its occurrence. There is a movement, which is the work of incorporating the experiences involved in the reconstruction of life, marked by a process that involves subjective negotiations between the individual and the possibilities of the social world. The literature is then thought of as an accessible path to the intended research. In this perspective, the paper lingers in

* Cynthia Sarti é professora Titular em Antropologia da Universidade Federal de São Paulo. Email: csarti@uol.com.br.

the analysis of the book *K.*, written by Bernardo Kucinski, highlighting the singularity of its narrative that expresses the reminiscences of the pain of the experience of the Holocaust silenced by exile in the tragedy of the Polish Jewish father in search of his missing daughter during the dictatorship.

Keywords

Memory. Suffering. Literature.

“As versões do passado não têm sempre que ser interrogadas do ponto de vista da veracidade. Quase sempre elas são reinventadas.”
Mia Couto¹

“Cedo ou tarde, na vida, cada um de nós se dá conta de que a felicidade completa é irrealizável; poucos, porém, atentam para a reflexão oposta: que também é irrealizável a infelicidade completa. Os motivos que se opõem à realização de ambos os estados-limite são da mesma natureza; eles vêm de nossa condição humana, que é contra qualquer ‘infinito’”.
Primo Levi²

Sofrimento, violência e memória

Este texto faz parte de uma pesquisa mais ampla sobre as formas de expressão do sofrimento quando associado a experiências de violência, tomando como referência histórica a violência política durante a ditadura militar brasileira (1964-85). Considera particularmente a experiência da tortura e do desaparecimento de familiares.

A questão fundamental que inspira essa reflexão é a busca de compreender como essas experiências de violência se inscrevem no curso da existência de quem as vivenciou, em sua vida cotidiana. Ao invés de pensar a violência como um fenômeno extraordinário – indizível, irrepresentável, inenarrável –, a pesquisa busca refletir sobre os desdobramentos dessas experiências na vida das pessoas atingidas, como experiências que, mesmo que não possam ser chamadas de ordinárias, se inscrevem, de alguma forma, no curso de suas vidas.

¹ Entrevista com Mia Couto, *Estado de São Paulo*, 8/10/2016, Caderno 2, p. C5.

² LEVI, Primo. *É isto um homem?* Trad. de Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988 [1958]. p. 15.

Trata-se de um processo de inscrição, que se dá ao longo do tempo, uma vez que são experiências que permanecem, mas não da mesma maneira como aconteceram no momento de sua ocorrência. Há um movimento, que é o próprio trabalho de incorporação das experiências envolvido na reconstrução da vida, que dá o sentido da elaboração dessas experiências. Ele envolve o que Das (2011), em sua reflexão a partir da violência no contexto da Partição da Índia, em 1947³, chama de “delicado trabalho de autocriação”. A autora refere-se ao trabalho de reconstrução como um processo que envolve inevitavelmente negociações subjetivas entre o indivíduo e as possibilidades do mundo social.

Nessa perspectiva, a violência não se define *a priori*. O que torna um ato, ou uma experiência violenta – e, assim, intolerável – é sua inscrição numa ordem de significação que faz dessa experiência algo para além do tolerável. Trata-se, assim, de trabalhar no registro de sua inscrição simbólica, dos limites a partir dos quais a sociedade e nela os indivíduos não toleram o ato e o nomeiam violência, nomeação que, se não instaura a dor porque ela estava lá, lhe dá um lugar.

O que interessa a uma pesquisa antropológica sobre a violência são precisamente essas fronteiras entre o tolerável e o intolerável dentro das quais se move o sujeito, com suas possibilidades, em suas negociações com o mundo social, onde, segundo as formulações de Das (2011), o tempo trabalha, revisando e reescrevendo na memória e nas falas os eventos violentos; ou o tempo congela, diante da dificuldade, ou impossibilidade dessa reinscrição, porque o evento ultrapassa os limites do tolerável, constituindo uma experiência traumática.

A pesquisa consiste, assim, numa investigação sobre o trabalho da memória, pensado como necessariamente mediado pela maneira como o mundo está sendo habitado no presente, como crítica do presente. (CARDOSO, 2001).

Marcel Mauss foi um dos inspiradores dessa investigação desde seu início, com seu clássico “A expressão obrigatória dos sentimentos”. (MAUSS, 1979). Como se pode dizer, a partir deste texto, as experiências de sofrimento – como qualquer experiência humana que envolve o corpo e as emoções – estão inscritas em uma ordem simbólica e fazem sentido na relação do sujeito com o mundo social. Os sentimentos – que são linguagem, como

³ Momento em que o país se dividiu e foi criado o Paquistão.

ressaltou Lévi-Strauss (2003), na introdução à obra de Mauss – tornam-se inteligíveis quando expressos mediante formas que estão, de alguma maneira, socialmente instituídas, porque estão referidos ao outro.

Como argumentado em textos anteriores, no caso de experiências de violência, ao sofrimento da experiência vivida, agrega-se o sofrimento de não haver formas de expressão instituídas para a dor. Ao contrário, neste caso, há socialmente a imposição do silêncio, do esquecimento, a recusa da escuta e, assim, a negação da violência, da humilhação e da dor impingidas ao outro. Desta forma: “O problema que a violência coloca é o da ausência de um lugar de inteligibilidade e escuta para o sofrimento que dela advém, lugar que requer, como condição de sua possibilidade, o reconhecimento social da violência”. (SARTI, 2014, p. 81).

Memórias da ditadura brasileira

No que se refere à memória da ditadura brasileira, o momento em que se instituiu a Lei da Anistia (Lei 6.683/1979) – uma suposta conciliação que nunca foi aceita pelos dois lados, mas foi vista pelos protagonistas da luta contra a ditadura como um “acordo forçado” dentro de uma luta desigual (SILVA FILHO, 2015) – é o momento de imposição de um silêncio sobre a violência e, em particular, sobre a tortura. Nesse sentido, a Lei de Anistia tornou-se o marco histórico da questão em pauta nesta investigação. Houve, como manifestado, sobretudo, pelos familiares dos mortos e desaparecidos (TELES, 2009), uma outra forma de violência que se sobrepôs à experiência de violência anterior, pela imposição do silêncio e do impossível esquecimento da violência vivida.

Cardoso (2001) fala em uma “interdição do passado” e “imposição do esquecimento”. Greco (2009) fala, no mesmo sentido, em “*estratégia do esquecimento*”, “*espoliação da lembrança engendrada pela anistia/amnésia.*” (grifos da autora, p. 529). Essa forma de pensar o legado da violência remete às formulações da psicanálise, segundo as quais a experiência de violência não se apaga, mas permanece de alguma maneira inelutavelmente. A inquietação em torno da lembrança, em tempos e contextos políticos distintos e sob formas diversas, perpassa toda experiência de violência. Como afirma Gagnebin (2010),

(...) a memória efetiva não se deixa controlar, somente se deixa calar – às vezes também manipular, mas volta. Ela não se deixa controlar nem pelas ordens do eu consciente, nem pelos mandos do soberano, rei, padre ou militar. É essa independência do lembrar que sempre preocupou, certamente de diversas maneiras, tantos os filósofos quanto os políticos – e também os psicanalistas. As lembranças são como bichos selvagens que voltam a nos atormentar quando menos queremos. Por isso, dizem Freud, Nietzsche, Bergson e Proust, mais tarde Adorno e Benjamin, Ricoeur e Derrida, convém muito mais tentar acolher essas lembranças indomáveis, encontrar um lugar para elas, tentar elaborá-las, em vez de se esgotar na vã luta contra elas, na denegação e no recalque. (grifos da autora, p. 183).

Nessa perspectiva, ao mesmo tempo em que se institui a Lei de Anistia, buscando silenciar o passado de violência, emergiram as primeiras publicações sobre os crimes da ditadura, em particular a tortura, que podem ser pensadas como a contrapartida da tentativa vã de apagar a memória. Entre as primeiras dessas publicações que denunciavam a prática de tortura, ainda em plena ditadura militar, pode-se citar: *Em Câmara Lenta*, de Renato Tapajós, em 1977; *O que é isso companheiro*, de Fernando Gabeira, em 1979; *Tortura: a história da repressão política no Brasil*, de Antonio Carlos Fon, também em 1979; *Os carbonários*, de Alfredo Sirkis, em 1980.⁴ A prática da tortura aparece também reiteradamente nas memórias escritas já no período pós-ditadura, como é o caso dos livros de Luiz Roberto Salinas Fortes, *Retrato calado*, de 1988, e de Flávio Tavares, *Memórias do esquecimento*, escrito em 1999, entre muitos outros.⁵ Algumas dessas obras foram reeditadas no momento propício à divulgação das informações sobre os crimes da ditadura, quando da instauração da Comissão Nacional da Verdade (CNV), em 2011.

Pode-se dizer que o tempo trabalhou, apesar de tudo, quando se pensa que os protagonistas da luta contra a ditadura nunca deixaram de se manifestar publicamente ao longo de todos esses anos anteriores à instituição da CNV,

⁴ Sobre a repercussão das obras que denunciaram a tortura durante a ditadura militar no momento em que foram publicadas, ver a análise de Martins Filho (2002). O autor situa essas obras no âmbito da ação política de uma guerra entre “militares” e “militantes” em torno da versão sobre os acontecimentos e da defesa de seus pontos de vista.

⁵ A perplexidade e a forma particular de exame das circunstâncias na qual se praticou a tortura durante a ditadura militar e das repercussões subjetivas dessa experiência no livro de Salinas Fortes, *Retrato calado*, foram analisadas em texto anterior (SARTI, 2015b).

sob as formas que lhes foram acessíveis; sobretudo, por meio de livros e também filmes. A escritura tornou-se um modo de agir, em um momento em que se estava constringido a calar. Ginzburg (2009), ao analisar textos literários sobre o período da ditadura, argumenta que os textos que analisa (que remetem à ditadura)⁶ “indicam um descompasso entre as condições disponíveis para atribuir sentido ao que ocorreu e as necessidades de quem foi atingido.” (p. 566). Sarlo (2005), ao falar de como a literatura “trabalha em nossa memória”, diz:

Os textos existem. Não me refiro apenas a discursos fortemente referenciais, como o relatório da Comissão Nacional dos Direitos da Pessoa e os autos dos julgamentos. Há romances, poemas, depoimentos, formações mais distanciadas. São obstáculos levantados contra o convite ao esquecimento, contra sua possibilidade ou imposição; teimam em opor-se à hipocrisia de uma reconciliação amnésica que pretende calar o que, de qualquer modo, já se sabe. (p. 32)

As memórias da ditadura foram sendo construídas pelos protagonistas da luta contra a ditadura, a partir de um lugar indefinido, entre a experiência vivida e a falta de espaço social para delas falar, numa tentativa permanente, sem descanso, de encontrar formas de expressão, como parte, inclusive, de um projeto político no qual a vinculação da prática de tortura e desaparecimento a uma política de Estado constitui-se ponto central, configurando uma violência de Estado, portanto passível de criminalização no registro dos Direitos Humanos.

No momento em que se admitiu a responsabilidade do Estado pela atuação ilícita de seus agentes de segurança, pela Lei dos Desaparecidos (Lei 9140/1995), configura-se uma outra maneira de lidar com a violência durante a ditadura militar. Com todos os percalços, obstáculos e limites desses processos, chegou-se à criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) em 2011 (Lei 12.528/2011), momento fundamental no enfrentamento com o passado. O que parece mais importante no trabalho da CNV é menos o trabalho investigativo, em si, da comissão, mas a sistematização das informações existentes, como ressaltou José Carlos Moreira da Silva Filho,

⁶ O autor refere-se a dois textos: “Os sobreviventes”, de Caio Fernando Abreu (1982), e a crônica “Lixo”, de Luiz Fernando Veríssimo, divulgada em 1995.

integrante da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Segundo ele, embora tivesse como tarefa investigar os crimes ocorridos durante a ditadura, a CNV, mais do que investigar, reuniu e sistematizou as informações sobre a violência no período já existentes e dispersas e, o que é mais importante, tornou-as informações oficiais, legitimando-as como fontes de dados (SILVA FILHO, 2015).⁷

No entanto, a questão do sentido das narrativas sobre a violência permanece sempre uma questão aberta. Como dito em textos anteriores, as políticas de memória constituem uma forma particular de escuta. Instauram indubitavelmente lugares de escuta, tornando possível a palavra e o reconhecimento do discurso daqueles que sofreram a violência de Estado. Instituem, no entanto, as formas pelas quais a violência deve ser dita e escutada (SARTI, 2014 e 2015a). Há um *script* prévio, que pode ser estabelecido com maior ou menor flexibilidade, mas que é estruturado pelas formas jurídicas (FOUCAULT, 2003), próprias do que se pode considerar a sociedade ocidental herdeira do iluminismo, ou por uma agenda política específica em cujo marco se inserem as políticas de memória, a partir da qual se supõe que as vítimas têm o dever de falar. As vítimas não necessariamente se reconhecem no enquadramento que lhes é apresentado para falar.⁸ Trata-se, assim, de buscar saber o que pode ou não ser dito, para além do que “deve” ser dito, para ser escutado; ou seja, o contexto de enunciação da violência, os atores em jogo e a situação na qual a violência é enunciada.

As falas, sob a forma de depoimentos, relatos ou testemunhos são discursos situados; trata-se de saber, portanto, como são enunciados, nesse embate protagonizado hoje no Brasil, que, como diz Jelin (2003), são menos embates da memória contra o esquecimento, e sim lutas, eminentemente políticas, de memória contra memória.

⁷ O volume III do relatório final da CNV, dedicado aos mortos e desaparecidos, enumera todas as contribuições prévias ou externas à CNV que contribuíram para o estágio atual das informações. Como detalhado no capítulo 2 do volume I do Relatório, a CNV (Brasil, 2014) reuniu os esforços de vítimas, familiares e amigos de mortos e desaparecidos, assim como dos organismos que a precederam e conduziram o Estado brasileiro a assumir a responsabilidade por graves violações de direitos humanos – como a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e as comissões estaduais de reparação.

⁸ A análise de Ross (2010), sobre a Comissão da Verdade e da Reconciliação na África do Sul, e a de Pollak & Heinich (1986), em torno da memória do Holocausto nazista, são eloquentes a respeito dessas diferentes perspectivas e entraves na comunicação.

Estou trabalhando com esses distintos discursos, que resultam das políticas de memória, verdade e justiça, que se inscrevem na pauta dos Direitos Humanos. Busco as formas de expressão do sofrimento advindo da violência durante a ditadura militar brasileira, interrogando os percursos de indivíduos na busca de compreensão e de inscrição dessa experiência em sua existência. A escritura é, então, pensada como um caminho acessível nessa busca.

O livro K.: reminiscências do Holocausto entre as memórias da ditadura brasileira

Com base nessas considerações, resalto algumas questões presentes no livro K., escrito pelo professor e jornalista Bernardo Kucinski (2012), que permitem pensar a memória da ditadura, *interrogada não do ponto de vista de sua veracidade*, como diz a epígrafe deste texto, mas a partir do que ficou dessa experiência na perspectiva de quem a vivenciou. O livro teve sua primeira edição em 2011, nos tempos da Comissão Nacional da Verdade, deliberadamente como um livro de memórias. Reproduzo as palavras do autor, na advertência ao leitor que introduz o texto:

Tudo neste livro é invenção, mas quase tudo aconteceu. Deixei que lembranças fluíssem diretamente da memória, na forma como lá estavam, há décadas soterradas, sem confrontá-las com pesquisas, sem tentar completá-las ou lapidá-las com registros da época. (KUCINSKI, 2012, p. 13).

Waldman (2013) inicia sua resenha do livro comentando sua frase inicial:

Se quase tudo aconteceu, por que lê-lo como ficção, quando o autor é um reconhecido jornalista? Ele próprio responde comunicando que não utiliza fontes, a não ser o arquivo de sua memória, depósito de acontecimentos mesclados com sentimentos, decifrados com o preenchimento das lacunas e com soluções inventadas para fazer frente aos bloqueios involuntários. Trata-se, pois, de um testemunho e uma denúncia (p. 1).

Faz uma analogia de K. com o primeiro livro de Natalia Ginzburg, *Léxico familiar*, que se inicia com uma advertência similar: “... embora extraído da

realidade, acho que deva ser lido como se fosse um romance”. Segundo a autora,

Os dois romances têm em comum o fato de retratarem períodos conturbados e terríveis da História. Enquanto Bernardo Kucinski expõe os crimes da ditadura militar brasileira, Natália Ginsburg apresenta um circuito familiar no qual os traços mais peculiares do fascismo parecem se congelar. (p. 1)

A matéria do livro de Bernardo Kucinski é a saga de um pai - nomeado K - em busca de localizar a filha desaparecida, sequestrada e morta durante a ditadura brasileira, em uma narrativa em terceira pessoa. O narrador-autor é irmão da desaparecida, Ana Rosa Kucinski, uma professora de Química da Universidade de São Paulo (USP), que desapareceu em abril de 1974 junto com seu marido, Wilson Silva. Ambos eram militantes da Ação Libertadora Nacional (ALN), um dos principais grupos de luta armada contra a ditadura militar, e estão, até hoje, entre os “desaparecidos” da ditadura militar, cujos corpos jamais foram localizados. O livro narra o tortuoso caminho percorrido pelo pai em busca da filha, a ignóbil demissão da filha pela USP, “por abandono de função”, ocorrida em 1975, entre as conhecidas atrocidades cometidas nessa época. No entanto, como diz Maria Victoria Benevides, no comentário na orelha do livro: “Este livro não veio para registrar fatos do terrorismo do Estado, mas, sim, para nos colocar dentro da dor e da memória”.

Como aponta, ainda, Waldman (2013),

O conflito ao redor do qual se organiza o romance K alude também a Franz Kafka e ao eixo de suas narrativas, que lançam o leitor para a sem-razão de um mundo fantasmático; afinal, o ponto seco do título tem o poder de antecipar o clima de absurdo que atravessa o relato. Mas ao referir o universo sem sentido característico do autor tcheco, K aponta para o pai do autor e de Ana Rosa, Meir Kucinski, ele próprio ficcionista e especialista no idioma ídiche, que é quem protagoniza o processo de busca da filha e do genro, desaparecidos durante a ditadura militar (p. 1-2).

K., o pai de Ana Rosa, era um judeu polonês, que chegou ao Brasil aos 30 anos de idade, instalando-se no bairro judeu do Bom Retiro, em São Paulo, e vivendo como mascate inicialmente e, depois, como dono de uma loja no bairro. Escritor e poeta em ídiche, vivia imerso nesse universo e alheio ao

que se passava fora. O desaparecimento da filha obrigou-o a defrontar-se com o “mundo de obscenidades e vilanias” onde vicejavam os informantes dos quais ele necessitava naquele momento. “Não fosse o sequestro da filha, K. nunca teria percebido esse outro mundo tão perto de si” (p. 33).

Chama a atenção no livro que a busca de K. pautou-se, inicialmente, pelo universo ao qual ele havia se aferrado desde que chegou ao Brasil, a comunidade judaica e sua suposta solidariedade diante da dor de um dos seus, estratégia que ele imaginou que podia ser a sua naquele momento, trazida da experiência do holocausto. O livro é fortemente marcado pela experiência judaica e, no conjunto das memórias literárias da ditadura militar brasileira, este traço aparece como uma singularidade dessa obra. K. conhece a perseguição política não apenas por sua condição de judeu durante o nazismo, mas pela militância no partido sionista de esquerda na Polônia que ajudara a fundar, motivo de suas prisões na juventude. Busca mobilizar, assim, sua rede de conhecimentos, nacional e internacionalmente, e surpreende-se quando percebe que não encontra ajuda nem onde imaginava encontrá-la. Para ele, “a tragédia da filha era continuação do holocausto” (p. 81).

O pai faz tudo o que está a seu alcance em busca da filha: “O pai que procura a filha desaparecida não tem medo de nada” (p. 89). Ele recorre aos órgãos oficiais, consulta advogados, pessoas influentes, conhecidos na política, no exército, no SNI (Serviço Nacional de Informações) e no IML (Instituto Médico Legal), “seja onde for dentro daquele sistema que engolia pessoas sem deixar traços” (p. 23). Entre desesperado e obcecado, conta a todos sobre o desaparecimento da filha, buscando ampliar o universo de suas consultas e indagações. Vai à reunião na Cúria Metropolitana, convocada pelo arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, onde poderia contar sua história e ouvir a de outros familiares de desaparecidos políticos, todos buscando igualmente localizar e enterrar seus mortos. No entanto, mais uma vez a tragédia remetia ao holocausto, desta vez para marcar diferenças:

K. tudo ouvia, espantado. Até os nazistas, que reduziam suas vítimas a cinzas, registravam os mortos. Cada um tinha um número, tatuado no braço. A cada morte, davam baixa num livro. (...) Não havia a agonia da incerteza. Eram execuções em massa, não era um sumidouro de pessoas. (p. 27)

Ele queria, como prescreve a tradição judaica, erguer uma lápide para a filha depois de um ano de seu desaparecimento. O rabino não apenas se recusa a autorizar algo que considera um absurdo, diante da falta do corpo,

“como demonstra frieza frente a seu drama” (p. 79), agregando mais dor e incompreensão à sua dor. Entre as questões que emergem da singularidade do livro estão obscuridades que atravessam a relação da comunidade judaica com a ditadura militar no Brasil. Diante da recusa do rabino:

K. tem suas dúvidas. Teria a comunidade se portado de modo tão indiferente ao que aconteceu com sua filha se ela fosse uma Klabin, ou uma Safra? Nem a comunidade, nem esse rabino e talvez nem os bandidos do governo. Desolado, mas determinado, K. despediu-se um tanto rispidamente e dirigiu-se rápido para as escadas. Nos seus ouvidos ainda ecoaram as últimas frases do rabino:

“O que você quer na verdade é um monumento em homenagem à sua filha, não é uma lápide, não é uma matzeivá⁹; mas ela era terrorista, não era? E você quer que a nossa comunidade honre uma terrorista no campo sagrado, que seja posta em risco por causa de uma terrorista? Ela não era comunista?” (p. 82-83)

Waldman (2013) interpreta o livro como sendo a lápide almejada e nunca conseguida; intitula a resenha que faz do livro “O texto como lápide”.

É sabido que muitos que lutaram contra a ditadura eram de origem judaica, o que envolvia tensões identitárias. Segundo Bernardo Sorj, os judeus que participaram da resistência à ditadura militar eram judeus secularizados, que não seguiam rigidamente a religião e se integravam à cultura da sociedade em que viviam. Eram judeus brasileiros, ou brasileiros judeus, judeus que queriam ser brasileiros.¹⁰ Segundo Gherman (2016), foi a morte que os trouxe de volta à comunidade judaica, a partir da questão de como seriam enterrados, colocada pela tradição religiosa de suas famílias. No caso de Wladimir Herzog, segundo este autor, após forjar o suicídio do jornalista, a polícia exigia que ele fosse enterrado na parte reservada no cemitério israelita aos suicidas, processo que foi interrompido pela orientação de Henry Sobel,

⁹ Lápide colocada sobre o túmulo, segunda a tradição judaica, geralmente um ano após o sepultamento.

¹⁰ Apresentação oral no Seminário “Judeus, militância e resistência à ditadura militar”, realizado em 21/05/2014, no Instituto de História da UFRJ onde essas tensões identitárias foram discutidas. O seminário foi promovido pelo Núcleo Interdisciplinar de Estudos Judaicos (NIEJ) do Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ e o Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. In: <http://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/judeus-que-resistiram-a-ditadura-eram-secularizados/>. Acesso em: 10 out. 2016.

jovem rabino, que usou sua autoridade para ordenar que ele fosse enterrado junto aos não suicidas. A intervenção do regime ditatorial nas formas de enterro das vítimas de origem judaica evidencia, segundo Gherman, sua relação de proximidade com a comunidade judaica, questão a ser ainda mais bem esclarecida, entre as obscuridades que ainda envolvem a participação de civis na ditadura militar, em suas diversas implicações.

Há no livro de Kucinski (2012) ainda outro tema não exclusivo do judaísmo, mas a ele associado pela experiência particular do holocausto nazista, o da culpa do sobrevivente, questão tratada por Primo Levi (2004), entre outros, aqui transposta para o contexto da ditadura brasileira:

A culpa. Sempre a culpa. A culpa de não ter percebido o medo em certo olhar. De ter agido de uma forma e não da outra. De não ter feito mais. A culpa de ter herdado sozinho os parques bens dos espólios dos pais, de ter ficado com os livros que eram do outro. De ter recebido a miserável indenização do governo, mesmo sem a ter pedido. No fundo, a culpa de ter sobrevivido. (p. 162)

K. refere-se à necessidade dos sobreviventes de “vasculhar o passado em busca daquele momento em que poderiam ter evitado a tragédia e por algum motivo falharam” (p. 162). Perpassa a narrativa, os sentimentos de culpa de K. ao dar-se conta de como havia se distanciado da filha antes mesmo de seu desaparecimento, o que foi se evidenciando no processo de sua investigação para localizá-la:

Em que momento a filha se engajou? E de que modo? Teria sido aos poucos, como extensão não muito pensada da vida em comum do casal, ou teriam antes discutido em profundidade? Surpreendera-o a revelação de sua militância política, embora fosse tradição de família (...)

O que ele não conseguia entender era a clandestinidade do casamento. (p. 46-47)

Como mostra Pirolli (2014), o desaparecimento da filha evoca outras perdas nunca enunciadas, que a autora chama de “memórias impedidas”. Duas irmãs de K. também foram mortas na Polônia, assim como a família inteira de sua mulher morta no holocausto:

Tomado completamente pelo sentimento de culpa, que perpassa

todo o romance na perspectiva de K., a memória impedida se dá em dois níveis: pela ausência efetiva de lembranças de alguns acontecimentos importantes da vida da filha e pelo esquecimento voluntário de lembranças relativas ao seu passado na Polônia. (PIROLLI, 2014, p. 9)

Na narrativa, não se trata, no entanto, de “mecanismos de culpabilização” que se esgotam no plano individual. Kucinski (2012) remete-nos aos efeitos subjetivos inelutáveis que advêm das formas diversas de silêncio e manipulação que encobrem os acontecimentos:

Porque é óbvio que o esclarecimento dos sequestros e execuções, de como e quando se deu cada crime, acabaria com a maior parte daquelas áreas sombrias que fazem crer que, se tivéssemos agido diferentemente do que agimos, a tragédia teria sido abortada.

Por isso, também as indenizações às famílias dos desaparecidos – embora mesquinhas – foram outorgadas rapidamente, sem que eles tivessem que demandar, na verdade antecipando-se a uma demanda, para enterrar logo cada caso. Enterrar os casos, sem enterrar os mortos, sem abrir espaço para uma investigação. Manobra sutil que tenta fazer de cada família cúmplice involuntária de uma determinada forma de lidar com a história.

O ‘totalitarismo institucional’ exige que a culpa, alimentada pela dúvida e opacidade dos segredos, e reforçada pelo recebimento das indenizações, permaneça dentro de cada sobrevivente como drama pessoal e familiar, e não como a tragédia coletiva que foi e continua sendo, meio século depois. (p. 163).

Outro tema ainda obscuro nas memórias da ditadura brasileira na perspectiva dos que lutaram contra a ditadura, e que aparece no livro, é o da “traição” como uma categoria moral, expresso no livro sob distintas formas, entre elas, por meio da figura ambígua de uma mulher, irmã de um preso político, que conhece o torturador quando busca ajuda para seu irmão, a quem consegue “salvar”. Ela torna-se amante do torturador, transformando-se aos olhos do universo moral dos que lutaram contra a ditadura, inclusive seu irmão, em uma figura maldita, impura, com quem ninguém quer mais falar. É isolada de todo seu universo de referências anterior.

No fim do livro, quando já se sabe da morte de Ana Rosa, cujas circunstâncias nunca foram esclarecidas, a narrativa encerra-se com uma

“mensagem ao companheiro Klemente”. Trata-se de uma carta fictícia, cuja autoria é atribuída a Rodriguez, codinome do marido de Ana Rosa e dirigida ao último comandante da ALN. A mensagem alude às discordâncias dentro da própria organização em torno da necessidade de continuar ou pôr fim à luta armada e faz uma crítica contundente a essa opção: “No fundo, entramos no jogo da ditadura de nos liquidar a todos.” (p. 172). E, numa relação especular com o inimigo a quem se assemelham (CALVEIRO, 2007), executaram-se os que queriam se afastar da organização, sob a tese da “traição”. E traidores eram também, para muitos, os que falavam sob tortura.¹¹

Tal como situa Silva (2014),

Esta crítica à tática da luta armada é, obviamente, construída *a posteriori* e, aliás, também efetuada pelas organizações revolucionárias a partir da segunda metade da década de 1970. Aos que sobreviveram, nas prisões, na clandestinidade ou no exílio, restava examinar a própria atuação em busca das razões da derrota – um doloroso processo de acerto de contas com o passado e consigo mesmo. (p. 66)

Embora narrado como testemunho da dor e denúncia do corpo nunca localizado, o livro, assim, vai além, como crítica do presente. Por meio da memória, temporaliza o presente e, em seu nome, interroga o passado, permitindo descongelá-lo (CARDOSO, 2001). Silva (2014) ressalta que o prólogo e o epílogo de *K.* remetem à perpetuação da dor de Bernardo Kucinski nos dias atuais e acrescenta: “Somente nessas duas passagens, o autor escreve na primeira pessoa do singular.” (p. 69). Para Seligmann-Silva (2005), “Ao invés de uma representação do passado, a literatura do testemunho tem em mira a sua *construção* a partir de um presente” (SELIGMANN-SILVA, 2005: 79, grifo do autor).

K. interroga zonas obscuras, as zonas cinzentas de que fala Primo Levi (2004), nas quais os prisioneiros dos campos de concentração se deixavam envolver em negociações nebulosas com os nazistas. Interroga ambos os lados, mas o faz em um registro distante de qualquer “teoria dos dois demônios” que possa supor a equivalência entre eles. Gorender (2014) afirma que há uma diferença essencial entre a violência do opressor e a do oprimido. Sem

¹¹ A respeito dos efeitos subjetivos devastadores da fala sob tortura, remeto ao contundente relato de Salinas Fortes (2012).

negar a violência dos dois lados, o autor argumenta que a violência original é a do opressor, “porque inexistente opressão sem violência cotidiana incessante. A ditadura militar deu forma extremada à violência do opressor. A violência do oprimido veio como resposta.” (p. 271). Para concluir, remeto, mais uma vez, à reflexão de Waldman (2013) sobre *K*,

Longe de qualquer tratamento maniqueísta, a vilania dos regimes de opressão não se contrapõe de modo absoluto aos revoltosos, neste livro.

(...)

Mas se é impossível discernir de modo absoluto as forças opostas, é certo que elas não se equivalem. Ou como disse o próprio Primo Lévi, quando trata da analogia paradoxal entre vítima e opressor: “os dois estão na mesma armadilha, mas é o opressor, e só ele, quem a preparou e a fez disparar...” (p. 5)

Referências

- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. (2014). *Relatório*. Brasília: CNV. Vols. I, II, III. Disponível em: http://www.cnv.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=571. Acesso em 10 dez. 2014.
- CALVEIRO, Pilar. (2007). Memória, política y violencia. In: LORENZANO, Sandra; BUCHENHORST, Ralph (org.). *Políticas de la memoria: tensiones en la palabra y la imagen*. Buenos Aires/México: Gorla/Universidad del Claustro de Sor Juana, p. 53-62.
- CARDOSO, Irene. (2001). *Para uma crítica do presente*. São Paulo: Editora 34.
- DAS, Veena. (2011). O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. *Cadernos Pagu*, n. 37, p. 9-41, Campinas.
- (1999). Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 14, n. 40, p. 31-42, 1999, São Paulo.
- FON, Antonio Carlos. (1980) [1979]. *Tortura: a história da repressão política no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Global Editora. (Coleção Passado e Presente, 8)
- GABEIRA, Fernando. (1979). *O que é isso, companheiro?* Rio de Janeiro: Codecri.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. (2006). *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. (2010). O preço de uma reconciliação extorquida. In: Edson Teles; Vladimir Safatle (Orgs.); *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, p. 177-186.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. (2013). Enterrer les morts. La tâche de l'historien selon Paul Ricoeur et Walter Benjamin. In: François Dosse; Catherine Godenstein (Orgs.); *Paul Ricoeur: penser la mémoire*. Paris: Seuil, p. 149-164.

- GHERMAN, Michel.
(2016). Vlado, a ditadura militar e os judeus do Brasil: uma história a ser escrita. Texto apresentado no VII Simpósio Internacional de Estudos “Brazilianistas”. *Brasil-França-Estados Unidos: novos olhares, novas perspectivas*. São Paulo, USP, 8-9 de junho de 2016.
- GINZBURG, Jaime.
(2009). A ditadura militar e a literatura brasileira: tragicidade, sinistro e impasse. In: Cecília MacDowell Santos; Edson Teles; Janaína de Almeida Teles (Orgs.); *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. Vol. 2. São Paulo: HUCITEC/Aderaldo & Rothschild. p. 557-568.
- GORENDER, Jacob.
(2014). *Combate nas trevas*. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo/ Expressão Popular, 2014.
- GRECO, Heloisa Amélia.
(2009). Anistia anamnese vs. Anistia amnésia: a dimensão trágica da luta pela anistia. In: Cecília MacDowell Santos; Edson Teles; Janaína de Almeida Teles (Org.); *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. Vol. 2. São Paulo: HUCITEC/Aderaldo & Rothschild. p. 524-540.
- JELIN, Elizabeth.
(2003). Los derechos humanos y la memoria de la violencia política y la represión: la construcción de un campo nuevo en las ciencias sociales. *Cuadernos del IDES*, n. 2, p. 1-27, Buenos Aires. Disponível em: http://ides.org.ar/wp-content/uploads/2012/03/cuaderno2_Jelin.pdf. Acesso em 24 abril de 2014.
- KUCINSKI, Bernardo.
(2012). K.. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular.
- LEVI, Primo.
(2004 [1986]). *Os afogados e os sobreviventes: os delitos, os castigos, as penas, as impunidades*. Trad. de Luiz Sergio Henriques. São Paulo: Paz e Terra.
- MARTINS FILHO, João Roberto.
(2002). A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. *Varia História*, n. 28, p. 178-201.
- PIROLLI, Rosalia Rita Evaldt.
(2014). Abusos de memória em K. - Relato de uma busca. *Travessias interativas*, vol. 8, n.2, p. 1-17. Disponível em: http://www.travessiasinterativas.com/_notes/vol8/rosalia.pdf. Acesso em: 31 maio 2016.
- POLLAK, Michel.
(1989). Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, vol. 2, n. 3, p. 3-15.
- POLLAK, Michel; HEINICH, Natalie.
(1986). Le témoignage. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 62-63, p. 3-29, Paris.
- ROSS, Fiona.
(2010). An acknowledged failure: women, voice, violence and the South African Truth and Reconciliation Commission. In: SHAW, R; WALDORF, L. (org.) *Localizing transitional justice*. Stanford: Stanford University Press, p. 69-91.
- SALINAS FORTES, Luiz Roberto.
(2012) [1988]. *Retrato calado*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SARLO, Beatriz.
(2005). *Paisagens imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação*. Trad. de Rubia Prates Goldoni e Sérgio Molina. São Paulo: EDUSP, 2005.
- SARTI, Cynthia.
(2015). La victime et le témoin durant la dictature militaire au Brésil : une anthropologie de la mémoire. *Brésil(s). Sciences humaines et sociales*, n. 8, p. 167-189, Paris.
(2015b). Sofrimento e memória: *Retrato calado*. In: AGUILERA, Yanet (org.). *Imagem e exílio: cinema e arte na América Latina*. São Paulo: Discurso, p. 39-52.
- (2014). A construção de figuras da violência: a vítima, a testemunha. *Horizontes Antropológicos*, vol. 20, n. 42, p. 77-105, Porto Alegre.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio.
(2005). Literatura e trauma: um novo paradigma. In: *O local da diferença: ensaios*

- sobre memória, arte, literatura e tradução. São Paulo: Editora 34, p. 63-80.
- SILVA, Izabel Priscila Pimentel da. (2014). Narrando o inenarrável: a literatura de testemunho de Bernardo Kucinski. *Revista Outras Fronteiras*, vol. 1, n. 1, p. 50-71, Cuiabá.
- SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. (2015). Comissão da Verdade não buscava investigar, mas sistematizar. Entrevista a *Carta Maior*, 28 janvier. Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Comissao-da-Verdade-nao-buscava-investigar-mas-sistematizar-/5/32635>. Acesso em 30 janeiro de 2015.
- SIRKIS, Alfredo. (2008 [1980]). *Os carbonários*. Rio de Janeiro: BestBolso.
- TAPAJÓS, Renato. (1977). *Em Câmara Lenta*. São Paulo: Alfa-Omega.
- TAVARES, Flávio. (2005 [1999]). *Memórias do esquecimento: os segredos dos porões da ditadura*. 5. ed. Rio de Janeiro: Record.
- WALDMAN, Berta. (2013). O texto como lápide. Resenha. *Cadernos de Língua e Literatura Hebraica (11)*: 1-6. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cilh/article/view/83520/86468>. Acesso em 13 junho de 2016.

Recebido em
setembro de 2016

Aprovado em
outubro de 2016